



AÇÕES DE EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PROGRAMA
RELAÇÕES INTERNACIONAIS EMERGENTES
(2017/2019)

Coordenadora Responsável: Cristina Soreanu Pecequilo

Novembro 2017

1. Natureza Acadêmica

Em 1989, o fim da Guerra Fria (1947/1989) trouxe um momento de inflexão nas Relações Internacionais, com a quebra do paradigma da bipolaridade entre os Estados Unidos e a União Soviética, iniciando um processo de reordenamento do poder global. Neste processo, as nações do Terceiro Mundo como o Brasil viram-se confrontadas com uma realidade de crises sociais, políticas e econômicas, e pressionadas a refletir sobre suas prioridades internas e externas.

Parte desta crise encontrava-se associada às dificuldades herdadas dos anos 1980, conhecidos como a “Década Perdida”, durante a qual estas nações enfrentaram os desafios da redemocratização (em particular na América Latina), a crise da dívida externa, o esgotamento de seus modelos de industrialização de substituição de importações e as pressões do nascente neoliberalismo econômico nos países centrais, Estados Unidos e Reino Unido. Este neoliberalismo deu origem ao Consenso de Washington, que nos anos 1990 trouxe como referência uma agenda de condicionalidades econômicas para os países do Terceiro Mundo: reformas liberalizantes, abertura de mercados, privatizações, Estado mínimo, cortes de programas sociais e desregulamentação.

Com a Queda do Muro de Berlim, e a ascensão dos Estados Unidos¹ como única superpotência restante, disseminou-se a perspectiva do “fim da história” a universalização dos modelos políticos e econômicos representados pelos norte-americanos: o liberalismo político e econômico. Neste campo econômico, o Consenso de Washington consolidou-se como referencial, e a capacidade de resistência das nações periféricas era bastante baixa. Isso implicou mudanças também na agenda de política externa destas nações, com a relativização e abandono de posturas de autonomia, e a busca de um alinhamento com os fluxos dominantes da política global. Para o Brasil, isso se traduziu na retomada do paradigma da aliança especial com os Estados Unidos, que dominara suas relações internacionais de 1902 a 1961.

Também definida como paradigma bilateral-hemisférico², esta perspectiva defendia uma inserção internacional de baixo perfil no sistema internacional, centralizada no eixo Norte-Sul (vertical), condicionada ao alinhamento à política dos Estados Unidos.

¹ Ver PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Os Estados Unidos e o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier. 2013.

² Para este debate sobre a política externa brasileira recomenda-se VISENTINI, Paulo Fagundes. *A projeção internacional do Brasil (1930-2012)*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier. 2013 e PECEQUILO, Cristina Soreanu. A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 51, n. 2, p. 136-156, Dec. 2008.

Em 1989, ela substituíra o paradigma multilateral-global que havia se tornado dominante a partir de 1961. Tal paradigma focava em uma atuação múltipla para o Brasil no sistema internacional, associada ao aprofundamento das relações Sul-Sul, e não somente no Norte-Sul. Surgido na época da Guerra Fria, a estes eixos Norte-Sul e Sul-Sul somava-se ainda o eixo Sul-Leste, abrangendo uma atuação não ideológica e centralizada na abertura de oportunidades globais na dimensão multilateral e estatal. Basicamente, este paradigma associado à autonomia, emerge no processo de formação do Sul (Terceiro Mundo) nas relações internacionais, correlacionado à descolonização afro-asiática, o estabelecimento dos princípios da coexistência pacífica e do desenvolvimento democrático.

O encerramento da bipolaridade, como citado representou o abandono desta agenda de alto perfil nos anos 1990 pelo Brasil. Para o sistema internacional em geral, fenômenos similares se disseminaram tendo em vista a presença dominante da hegemonia estadunidense que, apesar de suas próprias dificuldades econômicas, sociais, políticas, mantinha sua superioridade estratégica no campo militar. No século XXI, entretanto, estas condições externas sofreram importantes alterações, que se associaram a mudanças internas nos países do Terceiro Mundo, estando aí incluído o Brasil³.

No que se refere às transformações externas, o período caracterizou-se pelo marco da crise do neoliberalismo, e o esgotamento de seu projeto de Estado Mínimo, dos atentados de 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos, a Guerra Global contra o Terror (GWT) iniciada em 2001, as operações militares no Afeganistão (2001/2014) e no Iraque (2003/2011) conduzidas pelos norte-americanos, somada à crise econômica global que eclodiu no núcleo do capitalismo mundial, Estados Unidos e União Europeia. Simultaneamente, estes fenômenos foram acompanhados pela consolidação do eixo Sul da política mundial, com a elevação dos recursos de poder das nações do Terceiro Mundo.

Tais nações beneficiaram-se de projetos de Estado social renovados, colocando em xeque a agenda neoliberal prévia, retomando ações de incentivo ao desenvolvimento e atenção às demandas públicas. Adicionalmente, procuraram quebrar os laços de dependência Norte-Sul, aprofundando visões de Cooperação Sul Sul, horizontalizando suas relações. A pauta da democratização e atualização do multilateralismo para refletir o processo de desconcentração de poder no pós-Guerra Fria, as demandas das nações em

³ Aqui somente estão sendo trazidas algumas linhas gerais destes debates para que se possa ilustrar a relevância e o porquê do Programa, assim como de sua definição “relações internacionais emergentes”. Para um debate mais amplo sobre os processos de reconfiguração da ordem global e tendências da política internacional contemporânea ver PECEQUILO, Cristina Soreanu. Manual do Candidato – Política Internacional. Brasília: FUNAG, 2012

desenvolvimento e a crítica à unipolaridade e ao unilateralismo convergiram para criar um novo espaço de cooperação em busca de uma nova ordem global.

Neste contexto, tais nações passaram a ser definidas como “emergentes” devido às transformações do equilíbrio de poder mundial, observando-se o surgimento de novas alianças como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e conceitos como “Sul Global” e “Segundo Mundo⁴”. Para o Brasil, isso significou a recuperação de uma política externa autônoma, de eixos combinados (PECEQUILO, 2008) e agenda desenvolvimentista-social (VISENTINI, 2013), que buscava a retomada do paradigma multilateral-global. Promovia-se, assim, a retomada da autonomia, definida como “autonomia pela diversificação” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2011)⁵. Com isso, abriu-se a perspectiva de uma discussão mais autônoma, independente e democrática sobre as relações internacionais do Brasil em um novo contexto em formação.

Entretanto, a partir da segunda década do século XXI observou-se mais uma quebra neste ciclo de autonomia por conta das questões da política interna do país, retomando um perfil mais ligado às dimensões Norte-Sul. Desta forma, a política externa brasileira e as relações internacionais do país parecem, mais uma vez, repensar suas prioridades. Com isso, torna-se necessário compreender estas oscilações nacionais, assim como as dinâmicas mais amplas da ordem internacional e como o Brasil, e as nações emergentes, podem afetá-las.

É nesta agenda que o Programa Relações Internacionais Emergentes (doravante Programa RIE) se insere como atividade de extensão no curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo, no Campus Osasco, da Escola Paulista de Política, Economia e Negócios⁶. Em tal dinâmica, pretende-se contribuir para a disseminação do conhecimento, o debate público e a autonomização da reflexão sobre temas internacionais no âmbito da comunidade em geral, tendo como base a EPPEN no Campus Osasco.

De perfil multidisciplinar, o Projeto Pedagógico do Campus, associado ao Projeto Pedagógico do Curso, visa a construção de um conhecimento autônomo sobre temas

⁴ KHANNA, Parag. *O Segundo mundo*. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2008

⁵ VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. *A política externa brasileira: a busca da autonomia de Sarney a Lula*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

⁶ Sobre o processo de consolidação da área de Relações Internacionais no país recomenda-se PECEQUILO, Cristina Soreanu. Academia versus realidade: estagnação ou solidez?. MERIDIANO 47 (UNB), v. 18, p. 1-17, 2017 Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/md47e18007/19256>. Acesso em 10 nov. 2017. Este texto faz parte do dossiê “Ensino, Pesquisa e Extensão em Relações Internacionais” de Meridiano 47, organizado por Haroldo Ramanzini Junior e Thiago Lima. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/md47e18006>. Acesso em 10 nov. 2017.

relativos à inserção internacional do Brasil e as Relações Internacionais⁷. Neste sentido, o Programa RIE, visa desenvolver atividades de extensão que promovem a interdependência e a interrelação entre o curso de Relações Internacionais da EPPEN e a comunidade em geral da EPPEN, da UNIFESP e da sociedade. Da mesma forma, encontra-se em convergência com o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2020) da instituição, que tem a extensão como uma de suas prioridades⁸. Além disso, relaciona-se ao “Guia para Curricularização das Atividades de Extensão nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de São Paulo”⁹.

O Programa RIE contempla três eixos¹⁰: o formativo, relativo à análise das Relações Internacionais dos Países Emergentes, como forma de contribuir para o debate sobre a inserção internacional do Brasil; o democratizante e propositivo de conhecimento em Relações Internacionais por meio de ações de extensão; o transversal, social e multidisciplinar, que incentiva a produção, disseminação e divulgação de conhecimentos múltiplos sobre a área de Relações Internacionais de um ponto de vista autônomo. No caso, o Programa RIE organiza-se em torno da seguinte preocupação:

Além de levar o conhecimento científico à sociedade, a extensão também abre as portas da Universidade para que esta se atualize e adeque o conhecimento produzido de acordo com mudanças e realidades sociais por meio da integração da academia com a sociedade. (MENEZES e MINILLO, p. 7, 2017¹¹)

Adicionalmente, deve-se lembrar que:

⁷ Com referência à construção do curso na UNIFESP ver PECEQUILO, Cristina Soreanu. “As Relações Internacionais e a UNIFESP: A construção de uma identidade múltipla”. Trabalho submetido e apresentado no 4º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais- ABRI. Disponível em : <file:///C:/Users/Cristina/Downloads/As%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Internacionais%20e%20a%20UNIFESP-20a%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20identidade%20m%C3%BAltiple.pdf>.

Acesso em 01 fev. 2017

⁸ Disponível em:

http://www.unifesp.br/reitoria/proplan/images/Documentos_PROPLAN/Documentos_PDI/PDI_2016_2020/Versao_Aprovada_cons/PDI_Unifesp_vs_09112017.pdf.; Acesso em 26 nov. 2017

⁹ Disponível em:

https://www.unifesp.br/reitoria/proex/images/PROEX/Curriculariza%C3%A7%C3%A3o/GUIA_CURRICULARIZACAO_ATIVIDADES_EXTENSAO_CURSOS_GRADUACAO_UNIFESP_28.09.2017.pdf.

Acesso em 26 nov. 2017

¹⁰ Cujo aprofundamento se encontra no item 5 “Metodologia”.

¹¹ MENEZES, Henrique Zeférino e MINILLO, Xaman Corai. “Pesquisa e extensão como contribuição da universidade na implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) no Brasil”. Meridiano 47, 18: e18019, 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/md47e18019>. Acesso em 10 nov. 2017

(...) a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão é necessária para garantir que as Universidades desenvolvam conhecimento e ofereçam formações alinhadas aos problemas da sociedade contemporânea. A extensão permite diálogo horizontal entre a academia e a comunidade, garantindo que o conhecimento produzido dentro da universidade estará em diálogo com aquele produzido culturalmente pelos diferentes grupos sociais, não se desligando das realidades e necessidades locais. (MENEZES e MINILLO, p. 8, 2017)

Somada a esta demanda relativa à interligação com a sociedade e a disseminação do conhecimento, o Programa RIE responde também à necessidade de maior aprofundamento e desenvolvimento dos discentes, em atividades além da sala de aula. Isso significa reforçar os aspectos práticos do curso, e tornar os discentes tanto receptores quanto disseminadores de conhecimento. Considera-se que a formação de habilidades e competências específicas, conforme definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Relações Internacionais¹², abrange

IV - formas de realização da interdisciplinaridade; V - modos de integração entre teoria e prática; VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem (...) X - concepção e composição das atividades complementares, com incentivo à extensão como relevante prolongamento da atividade de ensino; (DCN, 2017, p.1)

Complementando estas considerações, define-se que:

Art. 4º O Curso de Graduação em Relações Internacionais deve possibilitar a formação de egresso que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades relacionadas a concepção, gerenciamento, gestão e organização de atividades com interface internacional: I – Formação geral e humanística que possibilite a compreensão das questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural e social; II - Base cultural ampla que forneça recursos para uma compreensão adequada de temas internacionais; III - Postura crítica com relação a argumentos, evidências, discursos e interpretações com relação tanto a eventos e processos internacionais quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais; IV – Postura proativa na busca de conhecimentos; V - Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa; VI – Conhecimento ou habilidade de comunicação em língua estrangeira, em especial em língua inglesa; VII - Capacidade de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional; VIII - Capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações, e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação; IX – Capacidade de formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional e de captação de recursos externos.

Portanto, o Programa RIE insere-se nesta dinâmica de formação de capacidades e competências, por meio da extensão, incentivando o ensino-aprendizado ativo por meio de práticas associadas à especialização no estudo das nações emergentes e um

¹² As DCN estão disponíveis em: http://ww.abri.org.br/download/download?ID_DOWNLOAD=175

pensamento sistemático sobre os processos de reordenamento internacional e construção de cenários. Afinal,

A extensão permite complementar a formação dos alunos de acordo com as exigências do mundo contemporâneo e as especificidades locais nos âmbitos científico, profissional, cidadão e humano. Além disso, é simultaneamente uma forma de disseminar os conhecimentos técnicos gerados pela pesquisa científica para a sociedade, mas também de enriquecer as pesquisas e o ensino realizados dentro da Universidade a partir do confronto entre teoria e prática e garantir que sejam socialmente relevantes. (MENEZES e MINILLO, p. 9, 2017)

Mais especificamente, o ensino-aprendizado ativo, aprofunda

(...) a capacidade de reter conhecimento é potencializada a partir da constituição de conexões significativas entre o estudante e o conteúdo. Ao estudar o conteúdo de um curso que é oferecido sem se conectar à imagem de relevância construída pelo estudante, o aprendizado pode ser prejudicado por uma eventual limitação na atenção cognitiva dedicada a ele. Porém, se esse material for contextualizado e aplicado a partir de relações significativas e que façam sentido ao estudante, o ambiente pedagógico torna-se mais receptivo, proporcionando resultados mais satisfatórios. Como os estudos apontados demonstram, a participação ativa no processo de aprendizado contribuiria também para maior capacidade de retenção do conteúdo. Assim, infere-se que, ao criar um ambiente pedagógico, que situe o conhecimento a partir de uma lógica, que motive e envolva o estudante, as chances dele se interessar e reter o conteúdo aumentariam significativamente¹³. (INOUE e VALENÇA, p. 10, 2017)

Em termos práticos, as atividades previstas no programa para contemplar os três eixos que se propõe são: o Desenvolvimento Atividades de Pesquisa Formativa dos Membros da Equipe, com a realização de reuniões e seminários internos e externos que incentivem a capacitação dos alunos para poderem replicar este conhecimento em ações fora da sala de aula. As ações de capacitação envolvem o incentivo aos chamados “Estudos de Área” e dos “Estudos de Caso” que se referem à formação e capacitação de especialistas. Neste sentido, o foco destes “Estudos de Área” e “Estudos de Caso” são o Brasil e as demais nações emergentes como a China, a Rússia, a Índia e a África do Sul, e os processos de reordenamento da ordem global a partir dos poderes tradicionais como Estados Unidos e União Europeia. Todas estas questões inserem-se em atividades de capacitação no campo de projeção de cenários e análise de política externa (APEX)¹⁴.

¹³ INOUE, Cristina Yumie Aoki, VALENÇA, Marcelo M. “Contribuições do Aprendizado Ativo ao Estudo das Relações Internacionais nas universidades brasileiras”. Meridiano 47, 18: e18008, 2017. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/md47e18008>. Acesso em 10 nov. 2017.

¹⁴ ALDEN, Chris and ARAN, Amnon. *Foreign policy analysis- new approaches*. New York: Routledge, 2012

Estas atividades formativas incluem as reuniões do grupo internas, assim como a realização de eventos internos e externos, e que atinjam a comunidade em geral. Da mesma forma, envolve, os eixos democratizante, propositivo, social, transversal e multidisciplinar, a interação entre os membros do Programa RIE e a comunidade externa, com foco nas Escolas Públicas (mas a elas não restrito), e também na construção e desenvolvimento de Curso de Extensão de curta duração, de formação, para professores do Ensino Médio com foco nas Escolas Públicas (mas a elas não restrito) e para toda a comunidade em geral. Portanto, a natureza acadêmica do Programa RIE é multidimensional e pretende abranger diversas dimensões de debate, formação e capacitação.

2. Relação com a Sociedade

Como destacado, o debate sobre a inserção internacional do Brasil relaciona-se diretamente à construção de um conhecimento sobre a reconfiguração das Relações Internacionais a partir do fim da Guerra Fria, o equilíbrio de poder global em formação e as transformações associadas à mudança de perfil do Brasil e seus parceiros do Terceiro Mundo, somadas ao remodelamento de sua inserção internacional. Muitas vezes, estes debates são muito restritos aos âmbitos políticos, diplomáticos e universitários, o que os torna distantes da sociedade e da comunidade do público em geral.

Todavia, tendo em vista o cenário de globalização e interdependência contemporâneo, a aceleração dos fenômenos internacionais e os seus impactos diretos sobre a sociedade, torna cada vez mais necessário o envolvimento da sociedade na discussão sobre questões externas. Assim, este Programa busca democratizar o conhecimento sobre Relações Internacionais no período contemporâneo, contribuindo para o debate em larga escala social na comunidade sobre o tema.

Desta forma, o grupo é aberto à sociedade, por meio da geração de conhecimento e informações sobre o tema, em seu âmbito de atividades formativas, previstas em eventos. Além disso, a geração de relatórios e publicações a partir dos debates produzidos e experiências relacionadas ao ensino-aprendizado ativo também se inserem neste processo.

Em síntese, procura-se tanto a dimensão da capacitação, do debate propositivo e crítico e a geração de conhecimento, e sua divulgação, neste programa, aproximando a sociedade das realidades internacionais enfrentadas pelo Brasil. E, adicionalmente, questionando por meio da participação da comunidade como o Brasil pode melhorar sua

inserção internacional e solidificar sua preocupação social no cenário global, em parceria com as demais nações do Sul.

3. Fundamentação Teórica

Como abordado no item 1 relativo à Natureza Acadêmica do Programa RIE, o foco do mesmo insere-se na realização de atividades formativas relativas à análise das Relações Internacionais dos Países Emergentes, como forma de contribuir para o debate sobre a inserção internacional do Brasil (e que contempla a análise do cenário mundial e de seu reordenamento de poder mundial a partir das perspectivas das nações do Sul e do Norte). Igualmente, são inseridos eixos de democratização e proposição do conhecimento de forma transversal, social e multidisciplinar.

Especificamente, a natureza acadêmica do Programa RIE sustenta-se em termos teóricos a partir da fundamentação da análise de política externa. Como indicam Alden e Aran (2012), a APEX permite a compreensão das dimensões de formulação de políticas e tomada de decisão nos níveis governamentais e sociais, indicando como o processo pode tornar-se mais permeável e democrático. Smith, Hadfield e Dunne (2012)¹⁵ abordam aspectos similares em sua coletânea sobre política externa, destacando a importância de um debate da inserção internacional de um país em termos de processos e atores envolvidos, em um contexto histórico específico interno e externo. Os estudos de área e estudos de caso inserem-se, portanto, na agenda de APEX.

Da mesma forma, encontra-se envolvida a dimensão de projeção de cenários, que implica uma ação propositiva para a construção de visões sobre o futuro e de estabelecimento de prioridades em consonância com o interesse da sociedade. Tal interesse é produto de forças sociais diversas que se manifestam em um ambiente democrático. Como destacam, Hirst e Lima (2015)¹⁶, é que a política externa se torna cada vez mais objeto de debate público no Brasil. Entretanto, para que este debate público possa se desenvolver de maneira não-polarizada e informada é necessário que se incrementem os espaços para este próprio debate e formação.

O Programa RIE fundamenta-se na perspectiva teórica da APEX e da análise de cenários, com caráter formativo, democratizante, social e propositivo para sustentar um

¹⁵ SMITH, Steve, HADFIELD, Amelia and DUNNE, Tim (ed). *Foreign policy- theories, actors, cases*. Oxford: OUP, 2012.

¹⁶ HIRST, Monica and Maria Regina Soares de LIMA. "Rethinking global and domestic challenges in Brazilian foreign policy" in, DOMINGUEZ, Jorge I. and COVARRUBIAS, Ana. *Routledge Handbook of Latin America in the world*. London: Routledge. 2015

debate informado no âmbito da UNIFESP e da comunidade em geral. Estas ações ajudam a incentivar a formação dos chamados “conceitos brasileiros”, como defendido por Cervo (2008), com a participação da sociedade, com uma identidade social e terceiro mundista¹⁷. De acordo com Cervo (2008), a autonomia passa pelo conhecimento e pelo empoderamento social do mesmo pelos especialistas brasileiros da área de Relações Internacionais e pela sociedade civil.

Considera-se, neste sentido, que a política externa e os temas de inserção internacional do Brasil fazem parte da agenda da política pública no país, e, como sustenta Amorim (2015)¹⁸ permitem a construção de um perfil ativo e assertivo da identidade nacional. Para Visentini (2013), este perfil foi característico da primeira década do século XXI e permitiu, ao lado das políticas de reforma social, elevar o debate sobre a inserção internacional do país e consolidar seu projeto externo. Ainda que esta inserção internacional e agenda tenha sofrido nova reversão na segunda década deste mesmo século, a retomada da liderança do Brasil entre as nações do Sul permitiu a participação mais efetiva do país no processo de reordenamento do equilíbrio do poder mundial. Na prática, faz parte também dos objetivos do Programa RIE compreender o porquê destas oscilações entre a autonomia e o alinhamento, o alto e o baixo perfil na política externa do país, e como elas afetam as “Relações Internacionais Emergentes” na atual conjuntura global.

4. Objetivos

Tendo como base as discussões acima desenvolvidas associadas à natureza acadêmica do Programa RIE, sua relação com a sociedade e sua fundamentação teórica, indicam-se como Objetivos, Geral e Específicos, os seguintes tópicos:

- **Objetivo Geral**

Desenvolver, construir e aprofundar conhecimentos críticos e propositivos sobre a reconfiguração do poder global e da inserção internacional do Brasil a partir da reflexão sobre as transformações do cenário mundial associadas à ascensão e consolidação do Terceiro Mundo como protagonista das relações internacionais,

¹⁷ CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional- formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva. 2008.

¹⁸ AMORIM, Celso. *Teerã, Ramalá e Doha- memórias da política externa ativa e altiva*. Rio de Janeiro: Benvirá. 2015

caracterizado pela ascensão das nações emergentes, transformando as relações de cooperação Sul-Sul.

- **Objetivos Específicos**

- Democratizar o conhecimento crítico, pró-ativo e propositivo na área das Relações Internacionais, incentivando a consolidação dos estudos de área e dos estudos de caso sobre política internacional;
- Estimular a reflexão sobre os possíveis cenários de reordenamento do equilíbrio de poder mundial a partir da compreensão das mudanças da ordem e da agenda internacional;
- Debater o papel das nações emergentes do Terceiro Mundo na consolidação da ascensão do Sul;
- Avaliar o papel crítico do Brasil e sua inserção internacional;
- Proporcionar à comunidade interna e externa, ao público em geral, atividades de conhecimento, divulgação e formação sobre as relações internacionais;
- Ampliar a participação do público em geral no debate sobre a ordem mundial e o papel do Brasil.

5. Metodologia

O Programa RIE desenvolverá suas atividades com base na metodologia do ensino-aprendizado ativo, tendo como foco as ações de extensão, a partir do aprofundamento dos laços com a comunidade interna e externa à EPPEN. Portanto, trata-se de um Programa voltado à comunidade em geral. Desta forma, contemplam-se as seguintes atividades pedagógicas em três eixos:

1) Ação Formativa

A ação formativa visa a capacitação dos estudantes e membros externos nas questões relativas às Relações Internacionais dos países emergentes e o Brasil. Neste âmbito, as atividades possuem dimensões internas e externas. No campo das dimensões internas, objetiva-se a capacitação dos membros da equipe para a consolidação de seus conhecimentos nos temas selecionados pelo grupo, desenvolvendo atividades de pesquisa associadas às Relações Internacionais dos países emergentes e o Brasil. Estas ações formativas serão acompanhadas periodicamente por reuniões de avaliação interna. O

objetivo é resultar em atividades de divulgação, como eventos, realizadas pelos membros do grupo como expositores nos quais relatam seus conhecimentos, mas igualmente sua experiência e em eventos com convidados externos. Os convidados externos serão especialistas de renomado saber da comunidade em geral, universidades, partidos políticos, movimentos sociais, organização não governamentais e sociedade civil de forma ampla, que incentivarão o debate multifacetado sobre os temas.

As ações formativas externas são compostas de duas atividades: a visita de divulgação à comunidade externa, priorizando as Escolas Públicas (mas não a elas restrito), tanto do município de Osasco como do entorno próximo e, segundo, a elaboração de um curso de formação de professores priorizando a rede pública (mas não a elas restrito). O curso, de curta duração, entre cerca de 12 a 24hs, dependendo do ciclo temático, terá como propósito apresentar os principais temas e debates da área de Relações Internacionais à comunidade em geral, focando na preparação destes professores para serem indutores do conhecimento¹⁹.

2) Ação Democratizante e Propositiva

Neste eixo, objetiva-se o empoderamento dos membros da equipe e da comunidade em geral, no sentido da capacitação por meio do conhecimento democratizado sobre temas de relações internacionais. A dimensão propositiva associa-se à participação pró-ativa em debates e na construção e elaboração de textos, relatórios e mecanismos de divulgação em geral. Visa-se a produção de um conhecimento abrangente, contemporâneo, inovador e acessível sobre as nações do Terceiro Mundo e seu novo papel como países emergentes e de que forma isso impacta o Brasil. Igualmente, tem-se como foco a apresentação de recomendações e diálogos sobre a inserção internacional do Brasil.

3) Ação Transversal, Social e Multidisciplinar

Por fim, o último eixo busca a consolidação do conhecimento de forma multidisciplinar, a partir da troca de experiências e convivência mútua entre os integrantes

¹⁹ Experiências similares já tem sido desenvolvidas em universidades federais pelo país, podendo-se citar o projeto “Relações Internacionais para Educadores- RIPE” da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Para a edição deste ano ver <https://br.eventbu.com/porto-alegre/ripe-2017-relacoes-internacionais-para-educadores/2139930>. Dentre os materiais produzidos anualmente encontram-se livros baseados no curso que pode ser acessado em <https://www.ufrgs.br/ripe/wp-content/uploads/2016/03/livro.pdf>. Acesso em 01 out. 2017.

da equipe e a comunidade em geral. A existência de uma agenda de pensamento social, político, econômico e estratégico participativo, que engloba diversas atividades formativa e áreas do conhecimento, sustentam um olhar múltiplo e diversificado. Além disso, a partir do eixo de ação formativo e da ação democratizando e propositiva, o propósito engloba, como citado, o empoderamento da coletividade social.

6. Inclusão Social

Considerando os Objetivos- Geral e Específico do Programa, pode-se apresentar duas dinâmicas de inclusão social, associadas à ampliação da relação com a sociedade (conforme igualmente descrito no item 2). A primeira dinâmica associa-se à consolidação da interação entre os participantes internos da EPPEN, fortalecendo seu espírito cooperativo e colaborativo. Este fortalecimento associa-se à construção de um pensamento crítico e pró-ativo no âmbito do Programa, que visa contribuir para a democratização do ensino sobre Relações Internacionais no Brasil, e sobre o debate referente à inserção internacional do país de forma autônoma e não subordinada.

A segunda dinâmica aplica-se, mais diretamente, à consolidação da interação com a comunidade em geral, reforçando-se os laços externos de colaboração do Programa da EPPEN com a sociedade. Neste sentido, espera-se não somente contribuir para a divulgação dos estudos de Relações Internacionais na sociedade, como democratizar o conhecimento neste campo. Como citado, prevalece ainda no Brasil uma imagem de que questões internacionais estariam distantes do dia a dia das comunidades sociais (configurando-se como estudos mais elitizados e não associados ao bem público comum), quando, na realidade, modelos externos detém muitos impactos cotidianos na formação cultural, social e política geral. Pretende-se, portanto, a partir desta divulgação, ampliar o debate e o diálogo com a comunidade, que passe a refletir sobre a formação de novos projetos e ideias sobre a inserção internacional do país.

7. Cronograma de Execução

A partir da implementação do Programa, previsto a partir de Dezembro de 2017, considera-se a existência de duas fases no projeto, a serem desenvolvidas ao longo de 24 meses: Dezembro 2017 a Dezembro de 2019. A primeira fase terá como objetivo a consolidação do programa de Dezembro de 2017 a Maio de 2018, com ênfase interna e realização das atividades internas e externas do Programa. Na segunda fase, a partir desta consolidação, tem-se como propósito o incremento das atividades externas e a ampliação

das dimensões internas. As dimensões específicas encontram-se abaixo descritas em maior detalhamento:

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO						
Dezembro 2017	Janeiro 2018	Fevereiro 2018	Março 2018	Abril 2018	Mai 2018	Junho 2018
Início de Implementação do Programa- 1ª Fase Realização Reuniões Internas	Desenvolvimento Atividades de Pesquisa Formativa Membros da Equipe	Desenvolvimento Atividades de Pesquisa Formativa Membros da Equipe	Avaliação Bimestral- Reunião de Acompanhamento Evento Comunidade- Palestra Membros Do Grupo	Visita de Divulgação- Comunidade Externa (Escolas Públicas e Escolas em Geral)	Conclusão 1ª Fase do Programa- Consolidação Interna e Exposição dos Primeiros Resultados	Relatório UNIFESP Participação e Exposição Congresso UNIFESP Evento Comunidade- Convidado Especialista
Julho 2018	Agosto 2018	Setembro 2018	Outubro 2018	Novembro 2018	Dezembro 2018	Janeiro 2019
Desenvolvimento Atividades de Pesquisa Formativa Membros da Equipe	Desenvolvimento Atividades de Pesquisa Formativa Membros da Equipe Curso de Extensão (Curta Duração) de Formação de Professores da Rede Pública e Comunidade em Geral	Avaliação Reunião Interna de Acompanhamento	Visita de Divulgação- Comunidade Externa (Escolas Públicas e Escolas em Geral)	Evento Comunidade - Convidado Especialista	Avaliação Atividades e Eventos	Desenvolvimento Atividades de Pesquisa Formativa Membros da Equipe
Fevereiro 2019	Março 2019	Abril 2019	Mai 2019	Junho 2019	Julho 2019	Agosto 2019
Desenvolvimento Atividades de Pesquisa Formativa Membros da Equipe	Evento Anual Abertura Atividades do Programa	Visita de Divulgação- Comunidade Externa (Escolas Públicas)	Desenvolvimento Atividades de Pesquisa Formativa Membros da Equipe	Relatório UNIFESP Participação e Exposição Congresso UNIFESP	Desenvolvimento Atividades de Pesquisa Formativa Membros da Equipe	Curso de Extensão (Curta Duração) de Formação de Professores da Rede Pública e Comunidade em Geral
Setembro 2019	Outubro 2019	Novembro 2019	Dezembro 2019			
Desenvolvimento Atividades de Pesquisa Formativa Membros da Equipe	Visita de Divulgação- Comunidade Externa (Escolas Públicas)	Evento Comunidade- Convidado Especialista	Avaliação Atividades e Eventos			

8. Acompanhamento e Avaliação

Tendo em vista o cronograma de execução previsto para o Programa, visa-se a realização de acompanhamento periódico para a avaliação do andamento das atividades previstas nos Objetivos- Geral e Específico. No caso, este acompanhamento avaliativo terá como prioridades:

- Reuniões internas de avaliação bimestrais na primeira fase de implementação do Programa, referente ao período de Dezembro de 2017 a Maio de 2018;
- Seminário interno quadrimestral de avaliação a partir da segunda fase do Programa Junho 2018 a Dezembro 2019;
- Balanço anual, a partir das reuniões e seminário interno, buscando a sistematização dos resultados quantitativos e qualitativos do Programa

9. Equipe Executora

A equipe executora é coordenada pela Professora Doutora Cristina Soreanu Pecequilo²⁰ do Departamento e Curso de Relações Internacionais da EPPEN/UNIFESP. Nesta primeira fase de implementação do Programa, compõe a equipe discente os seguintes alunos do Departamento e Curso de Relações Internacionais da EPPEN/UNIFESP (em ordem alfabética): Amanda Cristina Costa Rodrigues, Brunna Alvarez, Douglas Moreira, Guilherme Lupinari, Iran Monte, Marina Talietta, Matheus Modina, Maurício José Doro, Tamires Sena e Natália Rangel. A partir do desenvolvimento do Programa o objetivo é agregar mais envolvidos diretos no processo, que estará aberto permanentemente à entrada de novos discentes e docentes da EPPEN, em sua totalidade. Igualmente, o envolvimento da comunidade em geral, interna e externa à EPPEN, reforçando laços institucionais com a comunidade, instituições de pesquisa e universidades de forma abrangente nacional e internacionalmente.

10. Infraestrutura

O Programa RIE terá como sede as instalações da Escola Paulista de Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN/UNIFESP), localizada na

²⁰ Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/5954827203430383>

cidade de Osasco, na Grande São Paulo. Nestas instalações, serão desenvolvidas preferencialmente as ações internas e externas de extensão, para a comunidade em geral, visando a consolidação dos objetivos expostos para o programa. Deve-se destacar que as referidas instalações incluem o auditório e salas de aula, equipadas com sistema completo de computador e datashow. Igualmente, encontram-se à disposição no Campus de Osasco da EPPEN/UNIFESP, equipamentos de gravação de áudio e vídeo para a gravação das atividades. Adicionalmente, as atividades podem incluir a utilização do equipamento de vídeo conferência, buscando a ampliação do contato com outras instituições universitárias e da sociedade civil (partidos políticos, ONGs, escolas e coletivos) do Brasil e do exterior. Por fim, como parte do projeto, prevê-se atividades fora do Campus da EPPEN, como parte das atividades de divulgação e formação para o público externo, composto pela comunidade em geral.

11. Área Temática

O Programa RIE insere-se na Área Temática de Direitos Humanos.

12. Atividades a Serem Desenvolvidas pelos Bolsistas

Tendo como base as atividades a serem contempladas pelo projeto, objetiva-se solicitar Bolsa de Extensão, conforme edital e calendário a serem definidos pela UNIFESP em 2018. Prevê-se que o bolsista atue diretamente no auxílio à implementação do programa e no desenvolvimento de suas atividades, conforme abaixo definidas:

- Sistematização e divulgação das atividades do programa por meio de correio eletrônico e redes sociais próprias e da UNIFESP;
- Colaborar para a coleta de materiais e referências bibliográficas atualizadas sobre os temas do programa
- Assessorar os demais membros da equipe a elaborar e desenvolver suas pesquisas dentro das atividades programadas de debate e divulgação temática;
- Atuar na preparação e formatação das reuniões periódicas dos membros do programa;
- Auxiliar na preparação, divulgação e execução dos eventos externos, dedicados à comunidade e público em geral;

- Amparar a realização dos eventos para a comunidade externa, em particular nas Escolas Públicas e nos Cursos para Formação dos Professores da Rede Pública;
- Elaborar relatórios periódicos internos sobre as atividades do programa;
- Consolidar os dados do programa e produzir o Relatório final dos ciclos previstos pelo programa no âmbito da Extensão da UNIFESP.